

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 12 de agosto de 2024 às 08h21*  
*Seleção de Notícias*

O Estado de S. Paulo | BR

Marco Civil

**Governo fala em soberania digital ao propor tecnologia própria de IA ..... 3**

ECONOMIA

# Governo fala em soberania digital ao propor tecnologia própria de IA

ECONOMIA



Independência tecnológica para serviços considerados críticos de infraestrutura também virou prioridade na União Europeia e para países como China e Rússia

## GUILHERME GUERRA

O Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA), batizado de IA para o Bem de Todos e apresentado ao governo federal no dia 30 de julho, pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), coloca a inteligência artificial (IA) como um passo fundamental para o País alavancar áreas como economia, saúde, educação e meio ambiente. O domínio nacional dessa tecnologia, diz o documento, pode ajudar o Brasil a chegar à soberania digital.

O PBIA estipula que o Brasil deve desenvolver sua própria tecnologia de IA, desde a estruturação dos bancos de dados utilizados para treinar as máquinas até o desenvolvimento de centros de dados (data centers) e de um supercomputador nacionais. O plano espera tornar o País mais independente de tecnologias estrangeiras, hoje em sua maior parte vindas dos EUA.

O conceito de soberania digital vem sendo utilizado  
abpi.empauta.com

pela União Europeia e por países como China, Chile e Rússia, além do Brasil, para serviços de infraestrutura considerados críticos para o desenvolvimento de uma nação.

Exemplo recente disso foi a pane na CrowdStrike, empresa americana de cibersegurança que teve de consertar, às pressas, uma atualização defeituosa que paralisou 8,5 milhões de computadores Windows, instantaneamente, por todo o mundo? hospitais tiveram de suspender cirurgias, aeroportos cancelaram voos e bancos não conseguiam operar.

?O Plano de IA (do Brasil) tenta compensar o problema da infraestrutura física digital, promovendo investimentos em data centers, e investimento em capacitação de profissionais de tecnologia?, diz Jaqueline Trevisan Pigatto, coordenadora de governança e regulação da organização Data Privacy Brasil.

Um dos aspectos do PBIA é a criação de uma nuvem brasileira, na qual informações essenciais e sensíveis de cidadãos brasileiros possam ser armazenadas e processadas numa estrutura física em território nacional. Atualmente, dados do sistema do governo (gov.br) são alocados na Amazon Web Services (AWS), serviço de nuvem da Amazon.

Para o advogado Luca Belli, professor de Direito na Fundação Getulio Vargas do Rio (FGV-Rio), estruturar um serviço de nuvem nacional ?é um caminho lento, mas não impossível?. Ele frisa que, quando se fala em soberania digital, não se trata de se isolar tecnologicamente, e sim criar escolhas.

?Criar uma nuvem brasileira é uma demanda mais do que justa?, diz Belli, coordenador do CyberBrics, centro de pesquisa da FGV que estuda políticas de cibersegurança com foco nos países do Brics (Brasil,

Continuação: Governo fala em soberania digital ao propor tecnologia própria de IA

Rússia, Índia, China e África do Sul). ?Não é como fechar fronteiras ou proibir o uso de AWS, Microsoft Azure e Google Cloud (as três maiores companhias de nuvem do mundo), mas sim dizer que há alternativas.? Juntas, essas três corporações americanas têm mais de 60% do mercado de nuvem global, segundo dados da consultoria Synergy Research Group.

**ESPIONAGEM.** A soberania digital não é um assunto novo no Brasil. Mas o conceito ganhou força em 2013, quando o americano Edward Snowden revelou, por meio de documentos vazados, que a agência nacional de segurança dos EUA utilizava estrutura de telefonia e de internet para espionar países, inclusive aliados como o Brasil.

Jaqueline Pigatto, da Data Privacy Brasil, afirma que o escândalo tornou o País um dos pioneiros nas legislações sobre direitos digitais. Primeiro, com o [Marco Civil da Internet](#), de 2014. Depois, com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), de 2018. E, agora, com as discussões sobre uma regulamentação da IA no Congresso.

Além disso, o Pix, sistema de pagamentos instantâneos implementado em 2020, é um exemplo ?fantástico? de soberania digital no Brasil, diz Luca Belli, da FGV. ?Antes, o Brasil era refém de Visa e Mastercard para pagamentos digitais, processados por duas empresas estrangeiras. Elas tinham o duplo da coleta de dados dos indivíduos e de todas as empresas que vendem qualquer produto.

O Pix destruiu essas empresas? Não. Mas criou alternativas.? Belli acrescenta, no entanto, que implementar softwares, como o Pix, é mais simples do que investir em centros de dados ou num supercomputador, que demanda capacidade técnica de hardware. E que outras ações de soberania digital devem ser observadas, como gestão de dados, criação de algoritmos próprios, conectividade, capacidade computacional, eletricidade, cibersegurança e capacitação e regulação de riscos. ?A lei, sozinha, não serve para nada. Ela precisa ser acompanhada de todos os elementos que compõem a soberania digital. Do contrário, pode ser só fachada.? 1

## Índice remissivo de assuntos

**Marco Civil**  
3